

A Figura do Caboclo e as Questões de Saúde Pública em Lobato: O Problema Vital do Brasil no Início Século XX

The Caboclo Representation and the Health Issues in Lobato's Work: The Vital Problem of Brazil in the Beginning of the 20th Century

Sergio Ricardo Rorato¹

Universidade de São Paulo

Resumo: Discute-se questões relacionadas à saúde pública brasileira no início do século XX a partir da representação literária de Monteiro Lobato. O autor discute esse tema na figura do caboclo, retratada em meio à crise da febre amarela e da malária que assolava, neste período, mais de 70% da população brasileira. Assim, analisa-se os contos “Velha Praga”, “Urupês” e “Jeca Tatu, A ressurreição” com ênfase na questão sanitária brasileira à época. Privilegiaremos uma visão materialista-histórica em relação aos textos e contextos das obras abordadas. Observaram-se, pelos contos estudados, que Lobato inicialmente retrata seus personagens caboclos de maneira negativa, atribuindo toda a sorte de problemas da área rural a eles. Contudo, ao ter contato com os discursos cientificistas, ele passa a atribuir os problemas do campo às doenças endêmicas, que poderiam ser curadas pela ciência.

Palavras-chave: Monteiro Lobato; Jeca Tatu; Saúde Pública; Velha Praga; Urupês.

Abstract: This paper aims to discuss issues related to Brazilian public health in the early XX century based on the literary representation of Monteiro Lobato. The author discusses this theme in the figure of the caboclo, portrayed in the midst of the crisis of yellow fever and malaria that was plaguing the country early XX century. At that time more than 70% of the Brazilian population had these diseases. Thus, the short stories “Velha Praga”, “Urupês” and “Jeca Tatu, A ressurreição” are analyzed with an emphasis on the Brazilian health issue at the time. The research will privilege a materialist-historical view in relation to the works and contexts covered. It was observed that Lobato initially portrays his caboclo characters in a negative way, attributing all sorts of problems in the rural area to them. However, when he comes in contact with scientific discourses, he starts to attribute the problems of the field to endemic diseases, which could be cured by science.

Keywords: Monteiro Lobato; Jeca Tatu; Public Health; Velha Praga; Urupês.

Submetido em 15 de outubro de 2021.

Aprovado em 4 de agosto de 2022.

¹ Formação, instituição de atuação. Email: sergio_rorato@hotmail.com
Formado em Letras, e Mestrado em Letras pela Universidade de São Paulo.

“Eu vou contar o que ele cisma. A nossa literatura é fabricada nas cidades por sujeitos que não penetram nos campos de medo dos carrapatos [...]” (LOBATO, 2010, p. 290).

Introdução

Este artigo se propõe a discutir as construções dos personagens caboclos na obra de Monteiro Lobato, relacionando-os às questões de saúde pública no início do século XX. Para isso, será feita uma contextualização dos problemas endêmicos na saúde pública brasileira, decorrentes de doenças contagiosas que atingiram grande parte da população. Em seguida, serão analisados três contos de Monteiro Lobato nos quais a figura do caboclo relaciona-se com as questões históricas e de saúde pública do início do século XX.

Enfrentar enfermidades de modo coletivo não é algo novo para os seres humanos. Desde a Peste Bubônica à Gripe Espanhola, incluindo a atual crise provocada pelo novo Corona Vírus, os seres humanos passaram por uma série de pandemias e endemias. Assim, o que se assemelha ao enfrentar essas doenças é o comportamento humano perante as enfermidades. Diante do perigo eminente da morte, as experiências históricas, aliadas aos novos tratamentos de saúde, ajudaram, modestamente, a superar as questões sanitárias e de saúde pública. Métodos de prevenção já eram usados há séculos para acalmar a população em meio a milhares de mortes.

Assim, faremos uma breve contextualização da situação histórica brasileira de modo que possamos analisar as questões de saúde pública e do controle de doenças dentro do contexto histórico nacional do início do século XX, no qual Monteiro Lobato também está inserido.

1. O Brasil no início do século XX

No final do século XIX e início do século XX, o Brasil era 10% urbano e 90% rural. Apesar da baixa porcentagem populacional nas principais capitais, esses percentuais eram considerados elevados quando em comparação com as demais cidades europeias e sul-americanas. “Cresce o processo de urbanização da sociedade e a necessidade impulsionada pelo trabalho livre pela proclamação da República e por uma indústria ainda incipiente que desenrola na esteira das atividades ligadas à cafeicultura e às necessidades básicas do mercado interno”, explica a professora de Urbanismo da USP, Ermínia Maricato (MARICATO, 2000, p. 22).

As políticas sociais do início do século XX, visando simular um modo de vida “europeu” e largamente eugenista, excluíram as populações negras, recém libertas do regime de escravidão, e os migrantes nordestinos e nortistas que chegavam às grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Essas pessoas, sem nenhuma política de inclusão específica que lhes garantissem condições mínimas de subsistência e moradia, quiçá o acesso à educação e saúde pública, passam a viver em comunidades que se constituíam de forma bastante precária nos morros e franjas das cidades. Além disso, grandes cidades como Manaus, Belém, Porto Alegre, entre outras, também passaram, nesse período, por mudanças estruturais de saneamento “ambiental”, reforçando, assim, o “embelezamento” dos espaços e a consequente segregação territorial dessas populações (MARICATO, 2000).

Tem-se aí uma segregação social e espacial que separa a classe dominante, que apoia a República, da classe dominada pela questão racial e sua exclusão sistêmica do mercado de trabalho. Além disso, à época, com o advento da locomoção por meio de trens, bondes e carros particulares, as classes mais privilegiadas passam a morar mais longe do centro, muitas vezes abandonando suas casas nessas regiões, que passam a ser ocupadas por muitos moradores formando cortiços próximos aos locais de trabalho precarizados. Tanto os cortiços quanto as comunidades que se constituíam nos arredores das cidades vivem de modo alarmante no que tange às questões de saúde pública. Nesse contexto nasce, anos antes, ainda no Rio de Janeiro, sede do império em 1890, o romance naturalista *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, descrevendo o crescimento de uma cidade na qual a burguesia convivia, lado a lado, com a pobreza e a miséria absolutas decorrente do processo de exclusão social das populações negras com o fim da escravidão.

No âmbito intelectual e artístico, a principal fonte de inspiração foi, sem dúvida, a cultura francesa. A elite, inclusive a política, esforçava-se para simular o estilo de vida dos monarquistas do palácio de Versalhes. O primeiro teatro carioca foi inspirado no L’Opéra de Paris, assim como todos os pontos de iluminação na cidade carioca eram cópias da capital francesa. Com todo esse luxo, projetado pelo paisagista Pereira Passos, negros e pobres foram expelidos para os subúrbios e para os morros e pântanos sem nenhuma infraestrutura, dando origem, dentre outras formas de habitação, às favelas cariocas (LESSA, 2008).

Após a proclamação da República, surge um Estado militar que enfrenta as elites imperiais. Ao mesmo tempo que veem o modelo presidencialista e federalista americano

como ideal, preservam a hegemonia oligárquica nas periferias, sem alterar as estruturas de manutenção das desigualdades sociais. E, com isso, novamente as populações negras e caboclas se veem excluídas dos planos políticos e sociais no cenário brasileiro. Ao escravo, quando analfabeto, havia duas alternativas: incorporar-se à pobreza urbana na busca de uma oportunidade de sobrevivência, ou integrar a miséria rural junto ao caboclo, quer como morador no latifúndio, quer como agricultor em terras alheias. Alguns poucos, ainda, trabalhavam como mão de obra assalariada nos novos cafezais ou em fazendas do interior, nas quais o governo incentivava o uso de mão de obra precarizada de imigrantes europeus para fins de “branqueamento” da população brasileira, promovendo, mais uma vez, a exclusão e a estigmatização das populações negras que, em parte, seguem até os dias atuais vivendo em condições precárias de moradia, saúde e saneamento, conseguindo ter pouco acesso a serviços públicos.

2. Saúde pública no contexto brasileiro do início do século XX

Nomes como Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Adolfo Lutz, Gaspar Viana, Artur Neiva, Belisário Penna e Emílio Ribas são lembrados por defender e colocar em primeiro lugar a saúde da população. Após dois séculos de pequenas, mas importantes inovações tecnológicas na área da saúde, houve, no século XIX, um salto de qualidade nas atividades de controle de endemias, em decorrência do advento da microbiologia como ciência. Portanto, no início do século XX, no eixo Rio - São Paulo, apareceram estudos aprofundados sobre o controle de doenças como a leishmaniose cutânea, de Gaspar Viana (BENCHIMOL, 1999 *apud* SILVA, 2003), a blastomicose sul-americana, de Adolfo Lutz (ALMEIDA, 2001 *apud* SILVA, 2003) e a descoberta da doença de Chagas, em 1909. Ainda, Emílio Ribas evitou uma propagação em massa da febre amarela nas cidades cafeeiras de São Paulo por meio do controle do *Aedes aegypti* como estratégia única na cidade do interior São Simão (SILVA, 2003). O sucesso da estratégia levou ao combate do mosquito em São Paulo e, posteriormente, por meio de Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro.

Ainda segundo o professor de infectologia da Unicamp Luiz Jacintho Silva (SILVA, 2003), o impacto das endemias na primeira década do século XX fazia-se sentir essencialmente não só nas áreas urbanas como também nas áreas rurais. A malária, doença tanto do sertão quanto de pequenas cidades, somente foi alvo de ações sistemáticas quando começou a dificultar projetos de grande importância política, tais

como a modernização do porto de Santos, a construção de uma estrada de ferro no sertão mineiro e a construção da adutora de água para o Rio de Janeiro, em Cachoeiro do Macacu, na serra fluminense.

Em decorrência desse atraso na modernidade, ao contrário do que era pretendido pelo governo, foi solicitado ao Instituto Oswaldo Cruz que realizasse uma série de expedições ao interior do país para conhecer a realidade sanitária nacional. A maior delas foi a de Arthur Neiva e Belisário Penna (NEIVA & PENNA, 1916), assim como a do próprio Oswaldo Cruz à Amazônia e a de Adolfo Lutz ao sul do país.

Belisário Penna e Arthur Neiva realizaram um minucioso relatório de quase 200 páginas relacionando clima, fauna, flora e campos de plantações às doenças existentes em cada região no nordeste brasileiro, especialmente no Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte de Goiás. O mais impactante desse relatório, nas páginas finais, é a visão da realidade que descontrói uma forma idílica e errônea da vida nos campos do norte e nordeste brasileiros: onde julgava-se haver quadros de fertilidade, verde e abundância, nos relatos dos médicos observa-se um cenário de tristeza, morte e descaso das autoridades:

Ricos são os Estados do Sul que se extraem o ouro, não das escavações das entranhas da terra, mas da superfície com a cultura do café e cereais; com a plantação de forragens adequadas, em suas pastagens (sic) e a criação abundante de gado, a exploração inteligente (sic) da terra ... Quase todos os outros (no norte e no nordeste), excetuadas as capitais e alguns municípios, são territórios abandonados, esquecidos pelos dirigentes (sic), com populações vejetando (sic) na miséria, no obscurantismo, entregues a si mesmas flajeladas (sic) pelas secas no Brazil (sic) Central, e por moléstias aniquiladoras, como o impaludismo nos Estados do extremo Norte e pelo impaludismo, ancilostomose e a moléstia de Chagas nos Estados de Maranhão, Mato Grosso e Norte de Minas. (NEIVA & PENNA, 1916, p. 221)

Por outro lado, o escritor Lima Barreto, amigo de Monteiro Lobato, constata que, por sua vivência nos arredores do Rio de Janeiro, somente no centro da capital brasileira a higiene e as doenças estavam controladas. Lobato chama esse parco controle das doenças de “problema vital”. Ao contrário do que Arthur Neiva e Belisário Penna constataram a respeito do nordeste brasileiro, os estados ao norte do país sofriam com doenças endêmicas tanto em suas capitais quanto nas cidades do interior, experimentando com ainda mais intensidade do chamado “problema vital”. Lima Barreto escreve:

Todas elas têm uns nomes rebarbativos que me custam muito a escrever; mas Monteiro Lobato as sabe de cor e salteado e, como ele, hoje muita gente. Conheci-as, as moléstias, pelos seus nomes vulgares; papeira, opilação, febres, e o mais difícil que

tinha nas memórias era – bócio. Isto, porém, não vem ao caso e não é importante da questão. Os identificadores de tais endemias julgam ser necessário um trabalho sistemático para o saneamento dessas regiões afastadas e não só estas. Aqui, mesmo, nos arredores do Rio de Janeiro, o doutor Belisário Pena achou 250 mil habitantes atacados de maleitas, etc. Residi, durante a minha meninice e adolescência, na Ilha do Governador, onde meu pai era administrador das colônias de Alienados. Pelo meu testemunho, julgo que o doutor Pena tem razão. Lá, todos sofriam de febres e logo que fomos para lá, creio que em 1890 ou 1891, não havia dia em que não houvesse, na nossa casa, um de cama, tremendo com a sezão e delirando de febre. A mim, foram precisas até injeções de quinino. (BARRETO, 2012, p. 108)

Desse modo, observa-se que, aliada à falta de informações e de ações preventivas de doenças que já tinham cura, a grande maioria da população rural em todo o Brasil, seja nas regiões norte-nordeste ou sul-sudeste, sofria continuamente com doenças endêmicas, tais como a malária, a febre amarela, a doença de chagas, o impaludismo e a ancilostomose. Fora das capitais, a recém-empossada República não conseguia alcançar a população mais necessitada, ou promover ações contundentes na área da saúde pública nem mesmo para controlar doenças ou epidemias que já eram de conhecimento público. A seguir, veremos a repercussão dos estudos dos médicos e de alguns viajantes, bem como as principais críticas sociais de Monteiro Lobato aos problemas de saneamento e de higiene nacional.

3. O problema vital e a literatura de lobato

Antes de se tornar conhecido pelo *Sítio do Pica Pau Amarelo*, Monteiro Lobato produziu uma série de artigos para a imprensa carioca e paulista. Em 1914, escreve o conto “Velha Praga” no periódico O Estado de São Paulo, beirando um protesto contra as queimadas na região do interior de Paulista, onde possuía terras. Em 1918, lança seu primeiro livro de contos, *Urupês*, que esgotou as primeiras mil cópias em um mês. Em 1919, o livro ganha uma segunda edição que contém tanto o conto “Velha Praga” quanto o conto “Urupês”, que são objetos de análise do presente trabalho.

Surgido das inquietações sociais de Lobato, o livro *Urupês* retrata o descaso e o abandono do interior paulista pelas autoridades federais em relação às queimadas e aos problemas endêmicos, bem como seus habitantes doentes e carentes. Inicialmente com doze contos, a unidade do livro se deu pelo tragicômico, pelo tom humorístico de alguns textos. Em “Velha Praga”, observa-se uma das primeiras elaborações que Lobato faz de um caboclo, figura representada nos três contos em estudo e construída pelo autor de modo depreciativo, ficcionalizando aqueles que realizavam as queimadas e que, segundo Lobato, destruíam o campo no interior de São Paulo.

Em “Velha Praga”, observa-se um conto narrado em primeira pessoa cujo personagem principal, um fazendeiro, revolta-se com o fato de ter suas terras queimadas por caboclos e decide manifestar sua reposta escrevendo uma carta-denúncia ao jornal O Estado de São Paulo. Herdeiro de uma fazenda na Serra da Mantiqueira, interior de São Paulo, Lobato sente em suas propriedades recém-herdadas os efeitos das queimadas cujo fogo consome, como o faz todo ano, as lavouras de café, dizimando toda a vida ao redor. Assim, em “Velha Praga”, Lobato dá corpo às suas indignações por meio da personagem do fazendeiro: “A serra da Mantiqueira ardeu como ardem aldeias na Europa, e é hoje um cinzeiro imenso, entremeado aqui e acolá de manchas de verdura – as restingas úmidas, as grotas frias, as nesgas salvas a tempo pela cautela dos aceiros. Tudo mais é crepe negro.” (LOBATO, 2014, p. 163).

A personagem continua sua descrição, dizendo que o tempo em que escreve é fim de outubro e que a chuva deveria ajudar, mas ela cai em “pingos homeopáticos” (LOBATO, 2014, p. 163) e se revolta com o prejuízo, seja no solo, nos bichos que encontra pela frente ou nas pragas que a devastação traz. Esse é o quadro descrito por Lobato em suas terras para, então, apresentar o autor dessa “desgraça” que assola, todo ano, os campos no interior: “Nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro como o *Argas* o é aos galinheiros ou o *Sarcoptes mutans* à perna das aves domésticas. [...]. Este funesto parasita da terra é o caboclo.” (LOBATO, 2014, p. 164).

Ao longo do conto, o narrador-personagem descreve o caboclo, entre outros apelidos, como o atraso da civilização, o contrário da vida e a falta de empatia para com tudo ao seu redor. Tudo que toca com a mão é morte e falta de consciência ambiental. Sendo o caboclo um destruidor de tudo, Lobato vai mais adiante e o descreve como um nômade, aquele que não finca raízes, que “acampa”, e não planta para sobreviver, estando “simbioticamente” grudado ao sapê. “Vem de um sapezeiro para criar o outro. Coexistem em íntima simbiose: o sapê e caboclo são vidas associadas. Este inventou aquele e lhe dilata os domínios; em troca o sapê lhe cobre a choça e lhe fornece fachos para queimar a colmeia das pobres abelhas.” (LOBATO, 2014, p. 165).

Ao final do conto, quando todos descobrem que foi ele que ateou fogo e acabou com o verde das fazendas e toda a mata ao redor, o autor dá o ultimato ao futuro do caboclo: “E agora? Que fazer? Processá-lo? Não há recurso legal contra ele. A única pena

possível, barata, fácil e já estabelecida como praxe, é “tocá-lo.” (LOBATO, 2014, p. 167).

Fruto do descaso social e político, o caboclo sofria com a falta de oportunidade. Lobato nos apresenta aos mecanismos sociais que mantinham os caboclos na miséria, incriminando-o e excluindo-o. Além disso, é possível assemelhar essa figura caipira ao negro após o fim da escravidão: ambos foram relegados à margem da sociedade e culpabilizados por isso.

Assim, o enredo do conto é construído de modo que é possível perceber um posicionamento bastante claro do narrador-personagem em relação à figura do caboclo. Toda a estrutura narrativa do texto é construída com o ímpeto de condenar as atitudes dos caboclos, as queimadas e seu uso inapropriado da terra, que produzia condições sanitárias precárias.

Assim como o enredo é construído para condenar o caboclo, o espaço em que ele se encontra não é menos hostil. Dessa forma, o espaço é uma categoria de análise importante no texto, pois configura o território de brigas e disputas entre o narrador-personagem e seus antagonistas caboclos. Para o narrador, o caboclo não tem direito algum às terras que ocupava, pois ele “acampa” (LOBATO, 2014, p. 165) e vive apenas em uma forma de “simbiose com o sapezeiro” (LOBATO, 2014, p. 165). Para o narrador-personagem, assim como para o próprio Lobato, suas terras vêm de família, terras de herança que garantem o *status quo* vigente no interior paulista. Ou seja, as terras não mudam de mãos e, para os fazendeiros, não existe a distribuição de terras, mas apenas a exploração do trabalho dos caboclos pelos donos dos territórios, que cobram, ainda hoje, um preço altíssimo pelo uso das terras, usufruindo dos lucros do trabalho rural. Segundo o professor da USP e sociólogo José de Souza Martins, a relação entre fazendeiros, donos de terra e os caboclos e caipiras é mais complexa do que isso:

É muito arbitrário reduzir o colono da fazenda de café ou o morador do engenho de açúcar à condição de assalariado. Em ambos os casos, a relação concreta do trabalhador com o fazendeiro é uma relação complexa e contraditória, onde se combinam o pagamento de diárias em dinheiro e/ou trabalho gratuito, e a produção direta de alimentos. O mesmo ocorre com a situação de várias modalidades de parceiros, que entregam ao dono da terra uma parte da produção ou que dele recebem uma parte da produção (MARTINS, 1981, p. 24).

Assim, o lugar que é reservado ao caboclo é o de mão de obra explorada. Ainda segundo Martins, “definiram-no como aquele que está em outro lugar, no que se refere

ao espaço, e como aquele que não está senão, ocasionalmente, e nas margens, nesta sociedade. Ele não é de fora, mas também não é de dentro. Ele é, em certo sentido, um excluído.” (MARTINS, 1981, p. 25).

Já no conto “Urupês”, observa-se um narrador onisciente, um “contador de causos”, narrando a vida do caipira Jeca Tatu, às vezes dando esse nome ao caboclo e outras vezes atribuindo-o o adjetivo “jeca”, de modo a inferiorizá-lo e culpabilizá-lo por todo mal que acontecia no interior paulista. Percebe-se uma semelhança com o conto anterior no que se refere ao personagem principal, o caipira acorocado, avesso ao mundo ao seu redor, incapaz de produzir seu próprio sustento e destruidor das matas e fazendas em que vive.

Esse mesmo narrador onisciente, é capaz de esmiuçar sua vida, como seus menores defeitos, sua moradia, sua relação com os patrões e a com floresta, com a política, seus costumes diários, sua saúde, o que pensa da arte, entre outros. Ele, presumidamente, conhece-o tão bem que o julga sem modéstias e de forma incisiva. Já no início, em tom de ironia, o narrador compara o caboclo ao índio idealizado do movimento indianista, ao que ele chama de novo “caboclismo”, que idealizaria o caipira, enaltecendo todas as suas características:

O indianismo está de novo a deitar copa, de nome mudado. Crismou-se de caboclismo. O cocar das penas de arara passou a chapéu de palha rebatido à testa. O ocará virou racho de sapé; o tacape afilou, criou gatilho, deitou ouvido e é hoje espingarda trouxada (sic); o boré descaiu lamentavelmente para pio de inambu; a tanga ascendeu a camisa aberta ao peito. (LOBATO, 2014, p. 170)

Na passagem, Lobato critica abertamente os movimentos literários que idealizam um estereótipo nacional para criar um herói, como criticaria anos mais tarde a exposição da modernista Anita Malfatti no texto “Paranóia ou Mistificação?”. Após criticar o “novo” herói nacional, cita o nome Jeca Tatu pela primeira vez, resumidamente como um “Piraquara do Paraíba, maravilhoso epítome de carne onde se resumem todas as características da espécie” (LOBATO, 2014, p. 171).

Dezoito vezes o “não” permeia o conto para descrever a personagem, desconstruindo-a dos ufanismos que elevaram o caboclo ao patamar de perfeição, tanto físico quanto psicológico. O físico descrito pelos “caboclistas” era de um caipira viril, alto, forte e robusto, entregando-se ao trabalho, sem preguiça e, acima de tudo, ereto. Lobato vai na contramão disso ao construir seu personagem: “O Jeca **não** se move”

(LOBATO, 2014, p. 172); “Para ele, a lei do menor esforço **não** vacila” (LOBATO, 2014, p. 173); “**não** tem arte” (LOBATO, 2014, p. 178); “**não** ri, não ama” (LOBATO, 2014, p. 180); “ser **não** ereto, acororado” (LOBATO, 2014, p. 173); (*grifos nossos*). Esses são alguns exemplos das descrições que o autor faz do seu Jeca Tatu. O advérbio de negação ilustra sua falta de energia, consideração e atenção com tudo a sua volta. Para o narrador, ele vive uma vida “jecocêntrica” (LOBATO, 2014, p. 178), fazendo da lei do menor esforço sua lei magma.

Percebe-se que o enredo de “Urupês”, uma vez mais, assim como em “Velha Praga”, é construído de modo a inferiorizar e culpabilizar o caboclo. Os advérbios de negação mencionados transmitem a ideias de que “O caboclo é uma quantidade negativa” (LOBATO, 2014, p. 168), atestando uma narrativa vista da perspectiva de um proprietário de terras, branco, e que advoga em favor de sua posição de classe. Este, socialmente privilegiado, usa o trabalho do caboclo para garantir o lucro de suas terras e depois o menospreza, “tocando-o” (LOBATO, 2014, p. 167), como o modo mais fácil de lidar com o empregado que não lhe tem mais utilidade.

Assim como o enredo é construído para “descartar” o caboclo pobre e sem-terra, o espaço da narrativa continua sendo as fazendas do interior de São Paulo, onde esses caboclos moram e são “descartados” quando não são mais necessários aos donos de terras. O espaço gera um embate com protagonista, uma vez que é o único lugar possível para a sobrevivência desses trabalhadores rurais: sem instrução, educação ou incentivo, eles vagam e viram “nômades”, indo de fazenda em fazenda, prestando pequenos serviços, como também citado pelo próprio Lobato, em “Velha Praga”.

Como expresso na capa da primeira edição de *Urupês* – a figura de uma árvore acometida por um fungo da família dos poliporáceas que a mata aos poucos, apodrecendo suas camadas – assim o narrador vê o personagem do caboclo. Este é um ser mais parecido com um fungo que destrói os verdes campos do interior paulista com seu modo simples e predatório de viver, segundo o narrador de “Urupês”.

Após observarmos características e posicionamentos semelhantes nos contos “Velha Praga” e “Urupês”, visto que ambos trazem a representação da figura do caboclo de maneira preconceituosa e o tratam como um antagonista ao desenvolvimento e a preservação sadia das terras do interior paulista, percebe-se que Lobato, ao aproximar-se do conhecimento científico produzido na época, passa a desenvolver um outro olhar em relação ao caboclo, passando a observar mais o seu “problema vital”.

O mesmo autor dos contos “Velha Praga” e “Urupês”, que crucificou o caboclo, rende-se ao cientificismo de Oswaldo Cruz, Belisário Penna, Arthur Neiva e Carlos Chagas. A partir de 1918, observa-se uma modificação da posição de Lobato em relação aos caboclos a partir de seus textos jornalístico-opinativos em veículos de comunicação cariocas e paulistas. Estes textos fazem parte de outro projeto de Lobato, chamado *Problema Vital*. Lançado em 1918, com 14 artigos, o livro traz como subtítulo “Artigos publicados no O Estado de São Paulo, e enfeixados em volume por decisão da Sociedade Eugênica de S. Paulo e da Liga Pró-saneamento do Brasil” (grifo do autor).

Nota-se, com essa aproximação, uma compatibilidade com as ideias eugenistas, tão em voga na Europa do final do século XIX e início do XX. O logo da Conferência Internacional da Eugenia, realizada na primeira década do século XX, imprimia os dizeres: “autodireção da evolução humana” e estampava uma árvore de tronco largo, com suas folhas e frutos, tudo em preto e branco. Abaixo, nota-se suas raízes, também largas, com dizeres em cima de cada uma delas, como por exemplo, “biology”, “genetics”, entre outras.

Coincidência ou não, temos uma árvore parecida com essa na capa do primeiro livro de Lobato. No Brasil, o movimento foi símbolo de modernidade entre os intelectuais, principalmente da área da saúde, entre eles, os mesmos que viajaram o país para mapear as doenças existentes, como Belisário Penna e Oswaldo Cruz, sem contar nosso autor Monteiro Lobato.

Ferramenta supostamente científica, a eugenia tratava de temas como educação sanitária, sexual e seleção de imigrantes para fins de manutenção das etnias, bem como debates em torno da miscigenação, branqueamento da população e a “regeneração” racial (STEPAN, 1990). Muito além das questões sanitaristas, escancara-se o preconceito racial e social em torno dos negros e pobres dos interiores brasileiros. Jeca Tatu, nesse contexto, estava inserido como um ser “menor”, como exemplo do texto em questão.

A visão cientificista que vem após 1918 atesta o furor eugenista em Lobato em limpar a raça cabocla do interior, primeiramente atacando-a e representando-a como a grande inimiga da modernidade e do futuro do país. O ser endêmico do interior só teria sua redenção por meio dos artigos pró-ciência de Lobato, meses após o lançamento, em 1918, do seu primeiro livro de contos, na coluna do próprio autor no periódico O Estado de São Paulo.

Com o olhar atento à Oswaldo Cruz, então chefe da Diretoria Geral de Saúde Pública do Rio de Janeiro, Lobato publicou vários artigos a respeito do médico e sanitarista em sua coluna no O Estado de S.P., referindo-se a ele como o único salvador para as questões higiênicas que assolavam mais da metade da população brasileira à época. Já na terceira edição de *Urupês*, ele ressalta que “Jeca não é assim, ele está assim”. Percebemos que o “o Jeca não é assim”, relaciona-se com a primeira imagem que o escritor tinha do caipira do interior de São Paulo: uma pessoa “preguiçosa, criatura imprestável que não serve nem para tirar berne de cachorro” (LOBATO, 2010, p. 103). E que, após o devido tratamento com remédios adequados, ele se restabelece e muda de atitude com relação ao homem do campo, como escreveu no conto “Jeca Tatu, a ressurreição”: “- Nunca mais! Daqui por diante Nhá Ciência está dizendo e Jeca está jurando em cima! T’esconjuro! E pinga, então, nem pra remédio...” (LOBATO, 2010, p. 106).

Deve-se buscar o micróbio responsável por cada enfermidade para se determinar um modo de combatê-lo. Segundo o Instituto de microbiologia Paulo de Góes, da UFRJ, hoje sabemos que a Microbiologia é uma ciência que tem grande importância e podemos destacar a sua participação em diversos processos industriais, tais como a produção de alimentos, controle de pragas, controle de qualidade de alimentos, produção de antibióticos, hormônios, enzimas, e despoluição, entre outras aplicações. Lobato cita o químico francês Pasteur, definindo sua ciência de “teoria atômica da vida” e termina comparando-a ao cientista brasileiro Oswaldo Cruz:

Pasteur descobrira como novo reino da natureza, o bacterial (sic), ponto de convergência, confusão e elaboração dos três reinos clássicos – mundo novo até ali apenas vislumbrado intuitivamente pela metafísica duns tantos precursores proféticos. Pasteur revelara o que por imagem chamaremos a *teoria atômica da vida*, esse esfervilhar invisível de vibriões que fazem e desfazem os organismos superiores, transportam o orgânico para o inorgânico e elaboram matéria morta para a criação da matéria viva. [...] Na Europa, ao gesto de Pasteur, uma legião de sábios verdadeiros formou fileira em torno de suas ideias. Aqui, em torno de Oswaldo, um pugilo de estudiosos se cerrou em Manguinhos, cheios do mesmo ardor apostólico. O que em tão curto prazo operaram esses heroicos moços nunca será louvado em excesso. (LOBATO, 2010, p. 25)

Percebe-se, nessa passagem, um autor deslumbrado com o alcance que a ciência conquistou até o momento e os novos nomes no campo em questão. Sua “teoria atômica da vida”, termo cunhado pelo autor no seu artigo “A ação de Oswaldo Cruz”, em *Problema Vital*, refere-se ao caminho aberto pelo cientista francês à nova medicina, com

novos medicamentos para sanar os velhos problemas endêmicos. Além disso, revela-se um autor em consonância com as descobertas científicas e, principalmente, com as ideias eugenistas, como no trecho do mesmo artigo: “Inaugurou-se para a humanidade uma era nova; a era dum (sic) novo sentido, a ultra visão. E a higiene nasceu” (LOBATO, 2010, p. 24).

O desafio endêmico que se colocava à frente de Oswaldo Cruz era difícilimo de se mostrar a olhos nus. Fazendeiros e políticos “sépticos de espírito forte”, como escreveu Lobato no mesmo artigo, fez o trabalho mais difícil de sanitarista no interior do Brasil. O crítico brasileiro chega a algumas conclusões extremamente preconceituosas em relação ao caboclo no seu “Dezessete milhões de opilados”, segundo artigo do livro, ao mencionar os 17 milhões de doentes no país. Ele adverte que os “pés descalços” e a “fossa” são os principais inimigos da saúde pública no interior brasileiro. Além disso, Lobato leva essa questão para dentro da literatura ao relacionar Jeca Tatu às novas descobertas na época, confrontando-os. “Porém, como calçar este país, único no mundo, fora as populações selvagens da África que ainda andam de pé no chão? Como inocular na inteligência bruxuleante do povo a necessidade da fossa?” (LOBATO, 2010, p. 31)

Lobato, mais uma vez, culpa a população do interior brasileiro pela falta de sapatos –, o que causa a ancilostomíase, popular “amarelão”: ao andarem descalços, facilitam a aderência do parasita *Ancylostoma* pela sola do pé que, eventualmente, iam para o intestino, causando diarreia, anemia, mal-estar e febre. Por esses efeitos colaterais que a doença trazia ao paciente, percebemos que o principal fato pelo qual o caipira se “acocora” o tempo todo e a falta de desejo de trabalhar e produzir, seria devida a essa doença, tão comum no interior paulistano, com suas terras, na grande maioria, sem asfalto. Nessa circunstância, culpabilizar aqueles que já viviam (ou ainda vivem) excluídos da economia e da sociedade como um todo, sem ter acesso a serviços públicos de qualidade como saúde, educação ou saneamento básico apenas reforça a postura higienista de Lobato.

Além disso, Lobato os culpa por não terem banheiro dentro das casas e usarem a fossa como principal recurso para fazer suas necessidades fisiológicas. Por outro lado, culpa também o governo pela falta de empenho em sanar os problemas de saúde pública e encarar os grandes problemas do país, como na passagem do mesmo artigo, “Por seu lado a política sarcoptosa (sic), interessada na sonolência budista do povo, entrou a confirmar oficialmente a miragem, por meio da velhaca literatura dos relatórios oficiais

ambrosíacos e das mensagens nectarinas. E dessa falseada visão das coisas advieram males sem conta.” (LOBATO, 2010, p. 23)

Dessa forma, no texto “Jeca Tatu”, de 1918, tem-se um caboclo que ressurgue das cinzas a partir da ciência, como se revivesse por conta dos remédios que o reestabelecem por completo. Contendo dezoito pequenas partes, narrado em terceira pessoa, o conto tem o subtítulo de “A Ressureição”, justamente pelo fato do personagem principal achar a cura para o seu “problema vital”. Percebe-se aqui um narrador personagem redimido com o campo e uma mudança na representação de Lobato ao elaborar essas figuras. Onde existia indignação, agora há alguma compaixão calcada em um fundo cientificista por trás de todos os males que, supostamente, afligiam Jeca Tatu, como figura representativa do caboclo, do interior paulista:

Veja, seo (sic) Jeca, que bicharia tremenda estava se criando em sua barriga! São os tais ancilóstomos, uns bichinhos dos lugares úmidos, que entram pelos pés, vão varando pela carne adentro até alcançarem os intestinos. Chegando lá, grudam-se nas tripas e escangalham com o freguês. Tomando este remédio você bota pra fora todos os ancilóstomos que tem no corpo. E andando sempre calçado, não deixa que entrem os que estão na terra. Assim fica livre da doença pelo resto da vida. (LOBATO, 2014, p. 105)

Neste trecho, o narrador-personagem culpa a falta de saneamento no interior paulista como o problema número um para a condição “acacorada” de Jeca Tatu. Pela falta de limpeza e contato direto com a terra infectada pelo vírus da ancilostomíase, o caboclo adoece e, conseqüentemente, adquire as características de preguiçoso e alheio a tudo e todos ao seu redor.

A grande diferença aqui é que o personagem Jeca Tatu é dono de suas terras e não vive em fazendas alheias. É vizinho de italianos que tem em suas terras motivo de orgulho e todos que passavam viviam a cobrar de Jeca providências para que melhore o aspecto de suas terras, sempre “abandonadas”:

Perto morava um italiano já bastante arranjado, mas que ainda assim trabalhava o dia inteiro. Por que Jeca não fazia o mesmo?
Quando lhe perguntavam isso, ele dizia:
– Não paga a pena plantar. A formiga come tudo.
– Mas como é que seu vizinho italiano não tem formiga no sítio?
– É que ele mata...
– E por que você não faz o mesmo?
Jeca coçava a cabeça, cuspiu por entre os dentes e vinha sempre com a mesma história:
– Quá! Não paga a pena...
(LOBATO, 2010, p. 104)

Das dezoito partes do conto, cinco são reservadas para narrar a vida pacata e apática do personagem. Na sexta parte, aparece um médico, correndo da chuva e escondendo-se na casa de Jeca. Vendo a aparência do caboclo, o médico decide examiná-lo e percebe que ele está com a ancilostomíase, ou amarelão, como explica o doutor ao caipira. Após o exame, receita remédios e pede para Zeca tomá-los, bem como o uso de “botinas” para proteger os pés da larva que carrega a doença. Ao retornar um tempo depois, o doutor fica contente com a melhora do paciente e mostra as larvas a ele com uma lente de aumento. Jeca fica maravilhado e agradece ao doutor: “- Os anjos digam amém, seo (sic) doutor!” (LOBATO, 2010, p. 105)

Com as descobertas de Lobato à cerca do cientificismo e sua adesão à sociedade eugênica brasileira, observa-se uma importante mudança de atitude e posicionamento com relação ao caboclo do interior brasileiro. Onde havia a necessidade de extirpá-lo, agora vemos a necessidade de ajudá-lo, curá-lo por meio das recentes descobertas sanitárias e médicas. Ao mesmo tempo, em 1918, Lobato lança vários artigos pró-cientificistas, assim como o conto “Jeca Tatu, a ressurreição”. Esse ano também marca sua colaboração com os laboratórios Fontoura que imprimem seu personagem em todos os veículos de propaganda do seu então popular *Biotônico Fontoura*. A história de Jeca Tatu se passa no mesmo momento histórico em que se deu o avanço cientificista e eugenista: o Brasil do início do século XX, no qual 70% da população rural estava acometida pelas doenças endêmicas que perduravam por anos.

O tempo da narrativa, no conto “Jeca Tatu, a Ressuseição”, é cronológico. Temos uma sucessão de eventos, elaborada em partes curtas, que induz o leitor a acompanhar a estória de Jeca Tatu e cria uma expectativa de que algo acontecerá e provocará uma resposta diferente do caboclo em relação aos problemas do campo. Essa resposta, dentro do conto de Jeca Tatu, constitui-se como o entusiasmo do personagem com seu “ressurgimento” diante da medicina moderna, que o cura completamente e o faz desenvolver uma relação de progresso e desenvolvimento do espaço rural no qual vive, ao contrário do que fora retrato nos contos “Velha Praga” e “Urupês”, nos quais o caboclo era o agente de destruição desse espaço. Assim, a cura da doença por meio da ciência é o ponto principal dessa narrativa, pois define o que Java Tatu era quando doente e o que ele será após a cura por meio da nova medicina. Já curado, na parte XII do conto, o narrador-personagem descreve o “milagre” da ressurreição:

Dava gosto ver as roças do Jeca. Comprou arados e bois, e não platava nada sem primeiro afogar a terra. O resultado foi que os milhos vinham lindos e o feijão era uma beleza. O italiano abria a boca, admirado, e confessava nunca ter visto roças assim. E Jeca já não plantava rocinhas como antigamente. Só queria saber de roças grandes, cada vez maiores, que fizessem inveja no bairro. E se alguém lhe perguntava:

- Mas para que tanta roça, homem? – ele respondia:

- É que agora quero ficar rico. Não me contento com trabalhar para viver. Quero cultivar todas as minhas terras, e depois formar aqui uma enorme fazenda. E hei de ser até coronel!...

(LOBATO, 2010, p.108)

O espaço da narrativa ganha um grande destaque com a mudança de relação que o caipira Jeca Tatu construiu com sua própria terra. Em vez de “rocinhas”, agora o caboclo quer construir uma fazenda “enorme” para mudar de vida. Percebe-se uma clara mudança na narrativa com relação ao futuro que o caboclo pretende construir. De uma simples roça para seu sustento, ele almeja cultivar toda sua terra. E essa produção transformaria sua fazenda que lhe garantiria um lugar de destaque na sociedade, como coronel, como vimos no final da passagem acima.

Conclusão

No caminho percorrido por Lobato entre os textos “Velha Praga”, “Urupês” e “Jeca Tatu, A ressurreição”, observa-se um autor que possuía uma visão classista em relação ao caboclo, pois entendia-o como o que havia de pior no cenário rural brasileiro no início do século XX. Contudo, logo após interessar-se pelas teorias científicas e eugenistas da época, passa a perceber o caboclo como vítima de um “problema vital” que poderia ser perfeitamente solucionado por meio da ciência e da medicina, transformando-o em um grande proprietário de terras tal qual Lobato.

Nota-se uma semelhança entre o posicionamento inicial de Lobato e a trajetória de Jeca Tatu, antes visto como um destruidor do verde, predador e apático, acorrido com doenças endêmicas. Contudo, essas doenças seriam curadas pela nova medicina e hábitos higiênicos embasados em uma teoria racista e eugenista até que o caboclo, curado de sua doença, torna-se “coronel” e dono de fazendas produtivas.

Portanto, ao analisarmos os três contos literários de Monteiro Lobato: “Velha Praga”, “Urupês” e “Jeca Tatu, a ressurreição”, conseguimos traçar uma linha histórica na qual o autor constrói seu personagem como um caboclo do interior de São Paulo, relacionando-o à questão da saúde pública e das políticas sanitárias que haviam sido implementadas pelas autoridades no início do século XX.

Concluimos que, pelos contos, os avanços da ciência e da medicina em geral não chegaram até o interior das capitais brasileiras, relegando o trabalhador do campo às doenças endêmicas e à pobreza, tão conhecidas por eles até hoje. A visão preconceituosa do autor com relação ao caboclo nos dois primeiros textos retrata, também, a relação que o Estado tinha com o campo: total desconhecimento e desamparo à realidade rural. As novidades na medicina e os avanços trazidos por Oswaldo Cruz, bem como as viagens de campo feitas por Belisário Penna e Athur Neiva não foram suficientes para sanar doenças crônicas e endêmicas nos campos brasileiros. As discussões, textos, argumentações e o entusiasmo oriundos de Paris, com Pasteur e a influência no médico sanitarista Oswaldo Cruz, fez muito nas capitais, mas pouco no interior.

Referências

BARATA, R. de C. B. Epidemias. *Caderno de Saúde Pública*. vol.3, n.1, 1987, p.9-15. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/csp/v3n1/v3n1a02.pdf>> [Acesso em 04/06/2020].

BARRETO, L. *Antologia de Artigos, cartas e crônicas sobre trabalhadores*. Belo Horizonte: Viva Voz, 2012.

CECCANTINI, J. L. Cinquenta tons de verde: Urupês, o primeiro best-seller nacional. In: *Monteiro Lobato, Livro a Livro – Obra Adulta*. LAJOLO, Marisa (Org.). São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 43-56.

LESSA, C. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Estudos Avançados*, vol.22, n.62, 2008, p.237-256. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a16v2262.pdf>> [Acesso: em 08/06/2020]

LOBATO, M. *Contos completos*. São Paulo: Editora Globo, 2014.

LOBATO, M. *Ideias de Jeca Tatu*. São Paulo: Editora Globo, 2008.

LOBATO, M. *Problema Vital, Jeca Tatu e outros textos*. São Paulo: Editora Globo, 2010.

LUCA, T. R. Zé Brasil em perspectiva: contexto de produção e circulação. In: *Monteiro Lobato, Livro a Livro – Obra Adulta*. LAJOLO, Marisa (Org.). São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 357-380.

MARICATO, E. Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado. São Paulo em Perspectiva, vol. 14, n. 4, 2000, p. 21-33. Disponível em:

<<https://erminiamaricato.files.wordpress.com/2012/04/sao-paulo-em-perspectiva.pdf>>
[Acesso em: 11/06/2020]

MARTINS, J. de S. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, RJ, 1981.

NEIVA, A.; PENNA, B. Viagem científica pelo Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás. *Memorial do Instituto Oswaldo Cruz*. vol.8, n.3, 1916, p.74-224. Disponível em: <[https://www.scielo.br/pdf/mioc/v8n3/tomo08\(f3\)_74-224.pdf](https://www.scielo.br/pdf/mioc/v8n3/tomo08(f3)_74-224.pdf)> [Acesso em: 12/06/2020]

SILVA, L. J. da. O controle das endemias no Brasil e sua história. *Ciência, Cultura e São Paulo*. v. 55, n. 1, 2003, p. 44-47. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v55n1/14855.pdf>> [Acesso em: 08/06/2020]

STEPAN, N. L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (Orgs.) *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, p. 330-391.

TEIXEIRA, L. A. *Ciência e Saúde na terra dos bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período 1903 – 1916*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995.